

Dracaena draco (L.) L.

Asparagus draco Linn. e *Stoerkia draco* (L.) Cr. (HANSEN & SUNDING, 1985).

Dragoeiro (PRESS & SHORT, 1994).

A primeira citação nas listas botânicas, da *Dracaena draco* (L.) L. para os Açores é de HANSEN & SUNDING (1993) que a dá como existente nas ilhas das Flores e Corvo. Para além destas, existem uma série de outras citações desta espécie, mas grande parte das mesmas devem referir-se a indivíduos plantados. Os exemplares selvagens são actualmente muito raros por toda a Macaronésia (BRAMWELL, 1990), chegando mesmo a considerada a estar extinta em ilhas onde já foi frequente (FRUTUOSO, 1979), como Porto Santo (VIEIRA, 1992). Este género possui aproximadamente 60 espécies (MARRERO *et al.*, 1998), no entanto até à pouco tempo a *D. draco* era a única espécie dada para a Macaronésia (HANSEN & SUNDING, 1993). Recentemente, foi descoberta uma nova espécie de dragoeiro para as Canárias, o *Dracaena tamaranae* A. Marrero, R.S. Almeida & González-Martín (MARRERO *et al.*, 1998).

Em termos de ecologia desta espécie, os dados existentes na bibliografia consultada são bastante díspares, de acordo com o local considerado. Na Madeira o *D. draco* é referido como ocorrendo entre 0 - 200 m, enquanto que existem relatos da existência de Dragoeiros a 600 m na ilha de Tenerife nas Canárias (MARRERO *et al.*, 1998). O mesmo autor refere que em Cabo Verde esta espécie é encontrada entre os 700 - 1000 m de altitude. A altitudes de cerca de 900 m, o *D. draco* é muito raro, mas pode ser encontrado (VIEIRA, 1992). Esta espécie, em Cabo Verde, é caracterizada como crescendo nas encostas expostas a NE, enquanto na Madeira é referida como preferindo as escarpas rochosas e os terrenos pedregosos e soalheiros do litoral, como os da costa sul (VIEIRA, 1992). Existem ainda referências à existência de *D. draco* em Bosques termófilos (Sabinares) semiáridos, que não se encontram afectados pelo “mar de nuvens”, cujo limite inferior marca em geral, a transição entre as formações húmidas e termófilas. (GUERRA, 1983).

Distribuição

Madeira, Canárias, Cabo Verde e Marrocos.

Açores: S. Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo.

Corologia

Os dragoeiros, sendo Liliáceas arbóreas, são considerados das monocotiledóneas vivas mais primitivas. A sua origem estará na flora do Paleocénio (60 milhões de anos) da África do Sul (Flora Rand), a partir de onde se expandiu pelo trilho W Africano para o Norte de África, Marrocos e Península Ibérica.

Protecção e status

Esta espécie é protegida pela Directiva *Habitats* 140/99 Diário da Republica – Anexo IV e pela Convenção de Berna de 1992 – Anexo I. *D. draco* foi considerado em Perigo crítico (CR) nos Açores, com uma população estimada em menos de 250 indivíduos adultos.

Tipo funcional de planta

Planta herbácea perene que, de acordo com CAZORLA (1997), pode atingir 20 m e que RIETZ (1931) classifica como de *branched rosette tree*.

O desenvolvimento desta planta tem sido considerado como muito lento, facto que não é extrapolável para os Açores onde parecem existir taxas de crescimento maiores. No tipo de crescimento e hábito, o dragoeiro é uma espécie dendroíde, muito variável, de tal modo que cada indivíduo apresenta uma forma diferente da outra. Apesar das diferenças secundárias, a *D. draco* é referida por BEYHL (1995) como apresentando dois tipos de crescimento principais: (1) crescimento do tipo cilíndrico, com um tronco alto, podendo surgir raízes aéreas nos pontos de emergência dos ramos. A copa apresenta uma forma arredondada do tipo “guarda-chuva”; (2) crescimento do tipo biconico, apresentando um tronco curto, com uma copa que não é tão achatada como no grupo anterior, mas sim mais globulosa. No entanto, o produto mais importante e de maior tradição do *D. draco* é a sua seiva, popularmente designada por “sangue de dragão”, usada em tinturaria e para fins medicinais. Esta espécie tem sido utilizada em jardinagem, pelo menos nas Canárias e Açores, o que em parte tem contribuído para a sua conservação.

Habitat

Apenas se poderá considerar para caracterização do habitat natural desta espécie, nos Açores, duas populações reconhecidas como selvagens. Uma terceira, de características especiais, dado que forma um bosquedo, na Madalena do Pico, carece de informação da sua espontaneidade. Os restantes indivíduos encontram-se em condições que apontam para jardins, embora com exemplares tão antigos que poderão ser anteriores ao jardim ou mesmo povoamento das ilhas. No entanto, muitos deles frutificam e produzem plantas em seu redor o que indica que a região é um habitat potencial.

O primeiro aspecto interessante sobre o *habitat* desta espécie nos Açores tem a ver com as condições bio-climáticas: estando esta restrita, nos outros arquipélagos, a ambientes Mediterrânico-Atlântico (bosques termo-esclerófilos, segundo a revisão de MARRERO *et al.*, 1998), estas condições, ou se estendem aos Açores, ou existe uma alteração do *habitat* desta espécie. É já conhecido que as condições supra-Mediterrânica-Atlânticas se estendem a estas ilhas, em particular Sta. Maria e Graciosa, costa sul de S. Miguel, Terceira e Pico (SJÖGREN, 1978; DIAS, 1996). E, de facto, existe uma correlação entre este bio clima e o aparecimento de populações e indivíduos de *D. draco*, quando associados a encostas. No entanto, existem outras populações já em condições ombro-ocênicas, com valores de precipitação superiores a 1000 l/ano, como nas Flores e costa norte do Pico. Assim, parece-nos definitivo que o dragueiro dos Açores possui um ajustamento de *habitat* para as condições mais oceânicas deste arquipélago que tal como a taxa de crescimento e frutificação referidas, apontam para uma variedade local.

Assim, poderemos considerar que no passado, esta espécie possuía uma distribuição pelas comunidades Supra-Mediterrânicas-Atlânticas, avançando para além dos taludes costeiros (até 100 m de altitude, de acordo com algumas árvores centenárias) formando, por vezes, bosques (eventualmente a única espécie arbórea destes bosques termo-esclerófitos). E, em condições mais oceânicas, mas de elevada insolação, quer do norte das ilhas orientais e centrais, quer do sul das orientais, em formações de taludes costeiros. A Tab. 1 inúmera os principais arbustos deste *habitat* onde, para além de algumas nativas, encontram-se um número considerável de exóticas, que originam uma forte perturbação do *habitat*. Tal não é de estranhar face à

proximidade das zonas urbanas e agrícolas destes taludes, bem como pela exiguidade da sua flora nativa, uma das expressões e fragilidades da insularidade.

Ameaças

Nas duas populações estudadas foram apenas assinaladas agressões naturais tais como erosão e desabamentos. Pode-se referir a presença de diversas exóticas tais como *Arundo donax* e *Pittosporum undulatum*, entre outras, que embora com baixo grau de cobertura puderam indicar alguma perturbação no seu *habitat*.

Uma grande ameaça desta espécie prende-se com a sua extrema raridade em termos de populações espontâneas. É urgente a tomada de medidas para salvaguardar as populações ainda existentes e para promover o aumento do número de indivíduos das populações.

A grande importância de indivíduos centenários deve ser reforçada com a garantia da sua reprodução. A maioria das ilhas possui ainda indivíduos que, considerando a diversidade genética intra-insular, devem ser expandidos para níveis auto-sustentáveis.

A competição dos povoamentos em bosquedos com terrenos agrícolas e urbanos é evidente. O restabelecimento destas estruturas é, no entanto, ainda possível, quer do ponto de vista biológico quer de ordenamento.